



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL DECLARATIVO  
Ano Lectivo 2015/2016

**1. Unidade Orgânica**

Direito (1º Ciclo)

**2. Curso**

Direito

**3. Ciclo de Estudos**

1º

**4. Unidade Curricular**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL DECLARATIVO (02320)

**5. Área Científica**

**6. Ano curricular**

2º

**7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre**

2º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### 8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

#### 9. Créditos

6,00

#### 10. Coordenador da Área Científica

#### 11. Regente

Dr. ANTÓNIO JULIO DA FONSECA SANTOS CUNHA

#### 12. Assistentes

Dr. JOSE CARLOS GARCIA DOS SANTOS

#### 13. Língua de ensino

Português

#### 14. Objectivos Gerais

Dotar os alunos dos conhecimentos necessários ao domínio da legislação que disciplina os requisitos das acções declarativas, bem como os actos susceptíveis de serem praticados em juízo, desde a apresentação da petição inicial até à prolação da decisão final.

Alcançar uma primeira aproximação dos alunos às práticas processuais civis declarativas

#### 15. Objectivos Específicos

Aprendizagem:

- Da disciplina do processo comum declarativo.
- Das orientações jurisprudenciais dominantes.
- De aspectos da praxis forense.

#### 16. Competências a adquirir

Aptidão para o exercício de profissões forenses

#### 17. Metodologia de ensino

Pedagogia activa quer nas aulas teóricas quer, naturalmente, nas aulas Teórico-práticas. Recurso à simulação de situações processuais com intervenção dos alunos. Incentivo à investigação. Organização de debates



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

## 18. Conteúdos Programáticos

### I- Aspectos gerais

1. O Direito Processual Civil. Noção, características e importância.
2. Tipos de acção. Forma e finalidade.

### A) O processo declarativo ordinário

#### 1. Fase dos articulados

##### 1.1 Petição inicial

- 1.1.2. Noção. Requisitos formais e de conteúdo
- 1.1.3. O pedido. Características e espécies
- 1.1.4. A causa de pedir. Características e espécies
- 1.1.5. Ineptidão da petição

##### 1.2. Recusa da petição pela secretaria

##### 1.3. Distribuição

##### 1.4. Despachos liminares. Sua admissibilidade

##### 1.5. Citação

##### 1.5.1. Citação e notificação. Modalidades.

##### 1.5.2 As notificações inter-mandatários

##### 1.5.3 Falta e nulidade de citação. Regimes gerais

##### 1.6. Contestação

##### 1.6.1. Prazo

##### 1.6.2. Ónus da contestação e revelia

##### 1.6.2.1. Noção

##### 1.6.2.2. Regime-regra da revelia

##### 1.6.2.3. Excepções

##### 1.6.2.4. Tramitação subsequente

##### 1.6.3. Modalidades da contestação defesa

##### 1.6.3.1 Impugnação

##### 1.6.3.2 Defesa por excepção.

##### 1.6.3.2.1 As excepções dilatórias em especial.

##### 1.6.4. Princípios da contestação defesa:

##### 1.6.5. Reconvenção

##### 1.7. Réplica

##### 1.8. Tréplica

##### 1.9. Articulados supervenientes



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 2. Fase do julgamento antecipado da acção ou saneamento e condensação do processo

- 2.1. Fins específicos
- 2.2. Despacho pré-saneador
- 2.3. Audiência preliminar
- 2.4. Despacho saneador

### 3. Fase da instrução

- 3.1. Conceito e finalidades
- 3.2. Conceito e sentidos da prova. Prova e verosimilhança
- 3.3 Classificação legal e doutrinal das provas
- 3.4. Direito probatório material e direito probatório formal. Traços gerais dos respectivos regimes
- 4.5. Ónus da prova
  - 4.5.1 Repartição do ónus da prova. Critérios especiais
  - Inversão do ónus da prova
- 4.6. Princípios gerais do direito probatório formal
- 4.7 Valor extraprocessual da prova

### 5. Fase da audiência final

- 5.1 Tribunal singular e colectivo; Poderes-deveres do Juiz Presidente; A excepcional importância do julgamento da matéria de facto; Motivação e Decisão. Alegações

### 6. Fase da sentença.

- 6.1. Requisitos da sentença. Estrutura. O julgamento de Direito
- 6.2. Efeitos da sentença
- 6.3. Vícios da sentença

### 7. Poder jurisdicional. O caso julgado, limites. Recorribilidade e Exequibilidade

B) Os processos sumário e sumaríssimo.

Especialidades

## 19. Métodos de Avaliação

Serão considerados especialmente relevantes os seguintes aspectos:

- Assiduidade
- Elaboração de trabalhos escritos sobre os temas a propor no início do ano.
- Participação nos debates a realizar
- Teste escritos

## 20. Recursos Didáticos

Power-point (organigramas - peças processuais)  
Bases de Dados on line (jurisprudência)



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

## 21. Palavras Chave

Processo  
Acção  
Direito  
Justiça

## 23. Bibliografia Principal

Autor(es): Cunha, António Júlio  
Título: Direito Processual Civil Declarativo  
Edição: 2º Ano: 2015  
Local: Lisboa  
Editora: Quid Juris

---

Autor(es): Freitas, Lebre de  
Título: A Acção Declarativa Comum, à luz do Código Revisto  
Edição: Ano: 2013  
Local:  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es):  
Título:  
Edição: Ano:  
Local:  
Editora:

---

## 24. Bibliografia Complementar

Autor(es): Varela, João de Matos Antunes  
Título: Manual de Direito Processual Civil  
Edição: 2ª Ano: 1986  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es): Sousa, Miguel Teixeira de  
Título: Estudos Sobre o novo Processo Civil  
Edição: 2ª Ano: 1998  
Local: Lisboa  
Editora: Lex

---



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO PROCESSUAL CIVIL DECLARATIVO': Ano Lectivo 2015/2016
Autor	Dr. ANTÓNIO JULIO DA FONSECA SANTOS CUNHA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	24-07-2015 10:34:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2016	



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL DECLARATIVO  
Ano Lectivo 2015/2016

**1. Unidade Orgânica**

Direito (1º Ciclo)

**2. Curso**

Direito

**3. Ciclo de Estudos**

1º

**4. Unidade Curricular**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL DECLARATIVO (02320)

**5. Área Científica**

**6. Ano curricular**

2º

**7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre**

2º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

#### 8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

#### 9. Créditos

6,00

#### 10. Coordenador da Área Científica

#### 11. Regente

Prof. Dr. JAIME OCTÁVIO CARDONA FERREIRA

#### 12. Assistentes

Dr. JOSE CARLOS GARCIA DOS SANTOS

#### 13. Língua de ensino

Português

#### 14. Objectivos Gerais

Dotar os alunos dos conhecimentos necessários ao domínio da legislação que disciplina os requisitos das acções declarativas, bem como os actos susceptíveis de serem praticados em juízo, desde a apresentação da petição inicial até à prolação da decisão final.

Alcançar uma primeira aproximação dos alunos às práticas processuais civis declarativas.

#### 15. Objectivos Específicos

Aprendizagem:

- Da disciplina do processo comum declarativo.
- Das orientações jurisdicionais dominantes.
- De aspectos da praxis forense.

Aptidão para o exercício de profissões forense.

#### 16. Competências a adquirir

Aptidão para o exercício de profissões forenses.

#### 17. Metodologia de ensino

Pedagogia activa quer nas aulas teóricas quer, naturalmente, nas aulas teórico-práticas.

Recurso à simulação de situações processuais com intervenção dos alunos. Incentivo à investigação. Organização de debates.





UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

## 18. Conteúdos Programáticos

### I. Aspectos gerais

- 1.O Direito Processual Civil. Noção, características e importância.
- 2.Tipos de acção. Forma e finalidade.
- 3.Fases fundamentais

### A) O Processo declarativo comum

1. Fase dos articulados
  - 1.1 Petição inicial
    - 1.1.2 Noção. Requisitos formais e de conteúdo
    - 1.1.3 O pedido. Características e espécies
    - 1.1.4 A causa de pedir.
    - 1.1.5 Ineptidão da petição
  - 1.2 Recusa da petição pela secretaria
  - 1.3 Distribuição
  - 1.4 Despachos liminares. Sua admissibilidade
  - 1.5 Citação
    - 1.5.1 Citação e notificação. Modalidades
    - 1.5.2 As notificações inter-mandatários
    - 1.5.3 Falta e nulidade de citação. Regimes gerais
  - 1.6 Contestação
    - 1.6.1 Prazo
    - 1.6.2 Ónus da contestação e da revelia
      - 1.6.2.1 Noção
      - 1.6.2.2 Regime-Regra da revelia
      - 1.6.2.3 Excepções
      - 1.6.2.4 Tramitação subsequente
    - 1.6.3 Modalidades da contestação defesa
      - 1.6.3.1 Impugnação
      - 1.6.3.2 Defesa por excepção
        - 1.6.3.2.1 As excepções dilatórias em especial
    - 1.6.4 Princípios da contestação defesa:
    - 1.6.5 Reconvenção
  - 1.7 Réplica
  - 1.8 Antiga tréplica
  - 1.9 Articulados supervenientes

### 2.Fase saneamento e condensação do processo e eventual julgamento antecipado

- 2.1 Fins específicos
- 2.2 Despacho pré-saneador
- 2.3 Audiência prévia
- 2.4 Despacho saneador

### 3. Fase da instrução



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

3.1 Conceito e finalidades

3.2 Conceito e sentidos da prova. Prova e verosimilhança

3.3 Classificação legal e doutrinal das provas

3.4 Direito probatório material e direito probatório formal. Traços gerais dos respectivos regimes. O registo da prova.

3.5 Ónus da prova

3.5.1 Repartição do ónus da prova. Critérios especiais. Inversão do ónus da prova

3.6 Princípios gerais do direito probatório formal

3.7 Valor extraprocessual da prova

4. Fase da audiência final

4.1. Tribunal singular; Poderes-deveres do Juiz Presidente; Alegações

5. Fase da sentença

5.1 Requisitos da sentença. Estrutura. O julgamento de Facto e de Direito

5.2 Efeitos da sentença

5.3 Vícios da sentença

6. Poder jurisdicional. O caso julgado, limites. Recorribilidade e Exequibilidade

### 19. Métodos de Avaliação

Serão considerados especialmente relevantes os seguintes aspectos:

- Assiduidade
- Elaboração de trabalhos escritos sobre os temas a propor no início do ano.
- Participação nos debates a realizar

### 20. Recursos Didáticos

Power-point (organigramas - peças processuais)

Bases de dados on-line (jurisprudência)

### 21. Palavras Chave

Processo

Acção

Direito

Justiça



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### 23. Bibliografia Principal

Autor(es): Ferreira, J.O. Cardona  
Título: Textos de Apoio de Dt.º Processual Civil Declarativo e Organização Judiciária  
Edição: 10ª Ano: 2013  
Local: Lisboa  
Editora: Universidade Lusíada

---

Autor(es): Freitas, José Lebre de  
Título: Acção Declarativa Comum  
Edição: 3ª Ano: 2013  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es): J.Correia/P.Pimenta/S. Castanheira  
Título: Introdução ao Estudo e à Aplicação do CPC de 2013  
Edição: 1ª Ano: 2013  
Local: lisboa  
Editora: Almedina

---

### 24. Bibliografia Complementar

Autor(es): Varela, João de Matos Antunes e Outros  
Título: Manual de Processo Civil  
Edição: 2ª Ano: 1986  
Local: Coimbra  
Editora: Coimbra Editora

---

Autor(es): A.J. Cunha  
Título: Direito Processual Civil Declarativo  
Edição: 2ª Ano: 2013  
Local: Lisboa  
Editora: Quid Juris

---



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO PROCESSUAL CIVIL DECLARATIVO': Ano Lectivo 2015/2016
Autor	Prof. Dr. JAIME OCTÁVIO CARDONA FERREIRA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	16-07-2015 14:30:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2016	